

CÂMARA, Augusto Leopoldo da

* jornalista; dep. fed. RN 1912-1914.

Augusto Leopoldo Raposo da Câmara nasceu em Ceará-Mirim (RN) no dia 22 de agosto de 1856, filho de Manuel Leopoldo Raposo da Câmara e de Antônia Carrilho Raposo da Câmara.

Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife em 1880, durante o curso foi um dos redatores do jornal *O Protesto*. Depois de formado, retornou à cidade natal e filiou-se ao Partido Conservador, do qual seu pai era um dos chefes locais, aproximando-se do chamado “grupo da Botica”, denominação dada em referência ao lugar onde seus integrantes se reuniam. Participavam do grupo, entre outros, Francisco Amintas da Costa Barros, Antônio de Amorim Garcia e José Inácio Fernandes Barros, que exerceriam grande influência na política do Rio Grande do Norte nos primeiros anos do período republicano.

Eleito deputado provincial pelo Partido Conservador para o biênio 1882-1883, foi chefe de Polícia do Rio Grande do Norte de 1885 a 1886. Nesse último ano foi nomeado juiz municipal e de órfãos e capelas de Natal, cargo que ocupou até 1889.

Após a proclamação da República (15/11/1889), colaborou no *Rio Grande do Norte*, jornal que circularia de 1890 a 1896 na capital potiguar. Em 1891 foi membro da Intendência Municipal de Natal, elegendo-se em seguida deputado à Constituinte estadual de 1891 pelo Partido Republicano do Rio Grande do Norte. Em 1895 tornou-se procurador da República no estado, cargo que exerceria até 1901. Em 1897, passou a integrar o Partido Republicano Constitucional (PRC), que foi fundado naquele ano e fazia oposição à liderança de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, principal nome da política norte-rio-grandense nos primeiros tempos da República. Anos depois, em 1905, participou da reorganização do PRC, assumindo a presidência da agremiação. Em 1906 tornou-se diretor do *Diário de Natal*, jornal de oposição ao governo estadual, à frente do qual permaneceria até 1913.

Em 1912 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Norte na legenda do PRC, tornando-se o primeiro parlamentar do partido desde sua fundação. Em 1913, em decorrência da chamada “política das salvaçãoes” – processo de intervenções militares desencadeado sobretudo nos estados nordestinos, contra o poder das oligarquias, pelo presidente da República, marechal Hermes da Fonseca (1910-1914) –, apoiou o capitão José da Penha Alves de Sousa em sua pretensão de lançar Leônidas Hermes da Fonseca, filho do presidente, como candidato ao governo estadual. Nesse período, todos os jornais oposicionistas foram empastelados, inclusive o *Diário de Natal*.

Contudo, como o governador eleito, Ferreira Chaves, rompeu com os herdeiros políticos de Pedro Velho e promoveu a desarticulação desse grupo durante sua administração (1914-1918), Augusto Leopoldo da Câmara retornou ao PRF, vindo a ocupar o cargo de secretário geral do Estado entre 1920 e 1924, no governo de Antônio José de Melo e Sousa. Em seguida, elegeu-se vice-governador na chapa encabeçada por José Augusto Bezerra de Medeiros, exercendo o mandato entre 1924 e 1928. Nesse período, presidiu o Congresso Legislativo e a Constituinte estadual de 1926, função reservada ao vice-governador.

Eleito em 1928 para ocupar uma das vagas abertas por falecimento na Assembleia Legislativa durante a legislatura de 1927-1929, foi reeleito deputado estadual para a legislatura que acabou dissolvida em 6 de outubro de 1930, com a eclosão do movimento revolucionário que levou Getúlio Vargas ao poder e fechou todos os órgãos legislativos do país. Após a Revolução de 1930, foi diretor da Fazenda de 1931 a 1932, na interventoria de Herculino Cascardo.

Foi também consultor jurídico do Banco do Rio Grande do Norte, presidente da Ordem dos Advogados na seção do Rio Grande do Norte e presidente da Caixa de Aposentadoria dos Marítimos.

Faleceu no Rio de Janeiro, então capital federal, em 11 de dezembro de 1941.

Era casado com Maria Pia Pereira, com quem teve cinco filhos, entre os quais Mário Leopoldo Pereira da Câmara, interventor federal no Rio Grande do Norte de 1933 a 1935 e ministro da Fazenda de 1955 a 1956. Seu sogro, Joaquim Inácio Pereira, foi um grande comerciante em Natal e chegou a presidir a Assembleia Legislativa nos primeiros tempos da República.

Renato Amado Peixoto

FONTES: CÂM. DEP. *Anais* (24/8/1956, p. 354-355); CASCUDO, L. *Governo*; NONATO, R. *Bacharéis*; SOARES, A. *Dicionário*; SOUZA, I. *República*; SPINELLI, J. *Reação*.